

## Índice

Um plano para combater a segregação social em França .....	1
Direto ao tanatório, sem passar pelo psiquiatra .....	2
Um mundo sem rendição às drogas.....	2
"La educación diferenciada en el siglo XXI".....	4

### Um plano para combater a segregação social em França

A França tem sofrido em pouco mais de dez anos uma grande agitação social e violência nas zonas suburbanas – *banlieu* – de Paris e das grandes cidades. As autoridades conseguiram com muita dificuldade travar e canalizar o conflito, reflexo de muitas carências sociais nessas zonas: insucesso escolar, desemprego, pobreza, desintegração familiar, discriminações...

No [outono de 2005](#), durante três semanas de tensão devido a duas mortes em confrontos com a polícia, a violência dos jovens fez vir à luz do dia um desenraizamento muito diferente do que houvera com os universitários de 1968. Desde então, foram investidos milhares de milhões de euros em seiscentos bairros periféricos de França, onde vivem oito milhões de pessoas, mais de metade imigrantes. Melhorou um pouco a integração, mas sem aprofundar matérias fundamentais, agravadas além disso pelo desenvolvimento da delinquência e do tráfico de droga. Contra o mito francês da igualdade republicana, descobrem-se cada vez mais guetos ao estilo *americano*.

Em França, existe agora outro fator adicional: a influência das mesquitas e dos imãs, com uma crescente carga de fundamentalismo e ódio pelo Ocidente. Crescem as tendências comunitaristas, contra a identidade e neutralidade republicana, com manifestações diversas, notoriamente perigosas para a paz social. *A sensu contrario*, são também caldo de cultura para o populismo, refletido no avanço da Frente Nacional: a

sua candidata à presidência poderia ganhar a primeira volta nas presidenciais de 2017, de acordo com a tendência observada já nas últimas eleições regionais.

As diversas iniciativas governamentais têm-se acelerado ultimamente, perante a magnitude da desigualdade refletida em ambientes dominados por imigrantes não integrados na cultura republicana, havendo predomínio de muçulmanos, com o conseqüente possível caldo de cultura para o radicalismo.

Nesse contexto, o governo aprovou um ambicioso projeto de lei da igualdade e da cidadania. Pretendeu ser uma resposta ao *apartheid* territorial, social e étnico denunciado pelo então primeiro-ministro Manuel Valls no início do ano passado. O plano contemplou 65 medidas – algumas bem concretas – em matéria de educação, habitação, emprego, laicidade, luta contra as discriminações, cidadania e integração social.

No campo urbanístico, a reforma propunha-se, sobretudo, distribuir melhor a oferta de habitação pública e evitar "as concentrações da pobreza". Concede maior poder aos organismos competentes para fazer cumprir as normas relativas a quotas de alojamentos populares nos diversos municípios, e não apenas nos bairros que exigem um atendimento prioritário. Os 25 % previstos em cada território, a serem cumpridos, deveriam romper a "lógica da segregação e do *apartheid*" e promoveriam a integração social (*mixité*), em detrimento de presidentes de municípios recalcitrantes. Concedem-se mais competências aos prefeitos (governadores civis) para assegurar a vigência prática das normas gerais.

Por outro lado, para fomentar a participação de cidadania dos jovens, é generalizado o serviço social (objetivo: 350 000 jovens em 2018). Oferece novas oportunidades de

compromisso social: dedicar tempo à coletividade e aos outros, mesmo em troca de uma certa remuneração.

De acordo com a tradição nacional, será reforçado igualmente o estudo da língua francesa, através de disposições de luta contra o analfabetismo.

Outras medidas vão introduzir políticas ativas a favor do emprego juvenil, sem excluir facilidades para a criação de empresas pessoais.

Por último, como se esperava, o texto modifica a lei de 1881 sobre a liberdade de imprensa, para endurecer os delitos racistas e as discriminações (serão, além disso, circunstâncias agravantes de qualquer violação jurídica).

O plano, após os trâmites parlamentares, acabou por ser aprovado pela Assembleia Nacional em dezembro último.

S. B.

## Direto ao tanatório, sem passar pelo psiquiatra

Tine Nys, uma belga de 37 anos, foi abandonada pelo seu noivo. E suicidou-se. Não o fez sozinha, mas com a colaboração de uma equipa médica. Tudo foi tão fácil como arranjar um papel a certificar que padecia de algum transtorno psiquiátrico – o escolhido foi “autismo” –, e pronto: já podiam avançar. No seu país, uma doença mental é argumento suficiente para acabar com a própria vida.

Embora tenha acontecido em 2010, o caso desta jovem veio à luz do dia no ano passado num documentário, e provocou grande indignação. O processo esteve cheio de erros materiais e psicológicos, como o não dispor sequer de emplastro aderente para manter a agulha no braço de Tine.

Houve também deficiências de procedimento. Assim, soube-se que um dos dois médicos encarregados de supervisionar o processo – um deles, psiquiatra – não concordou em aprovar a sua eutanásia — “mas era a decisão dela”, justifica —, ou que a comissão criada pelas autoridades para analisar as petições neste sentido deu a autorização muito apressadamente, mesmo devendo passar pelo menos um mês entre o pedido do doente e a sua morte; ou que em nenhum momento, embora a mulher tenha sido diagnosticada como autista, se lhe haja oferecido qualquer tratamento que evitasse a sua deterioração psicológica. Para a comissão, no entanto, a morte aconteceu “de acordo com a lei”.

Hoje, os três médicos enfrentam um processo judicial por parte da família. O paradoxo é que todos – o pai, a mãe e as duas irmãs – estiveram presentes no momento final. O tema não parece ser o *quê*, mas o *como*, pois “nenhuma das duas irmãs se opõe à eutanásia”, sublinha “LifeSiteNews”.

No país vizinho, Holanda, as coisas decorrem de modo parecido. Um [estudo](#), “Eutanásia e suicídio assistido de pacientes com transtornos psiquiátricos na Holanda entre 2011 e 2014”, conduzido pelos psiquiatras norte-americanos Scott Kim e John Peteet, a partir dos dados publicados pelos comités regionais supervisores da eutanásia, examinou uma amostra de 66 pessoas às quais se havia aplicado o suicídio assistido. Constatou-se que 36 delas haviam sofrido depressões, enquanto as restantes evidenciavam transtornos psicóticos, neurocognitivos, de *stress* pós-traumático, de autismo e de angústia prolongada. Muitas sofriam igualmente os efeitos da solidão e do isolamento social.

“Há um risco real de que o desejo expresso de morrer de um paciente [psiquiátrico] seja aceite muito facilmente – explicou à “Aceprensa” o Dr. Appelbaum, da Universidade de Columbia –, apesar disso ser realmente um reflexo das mudanças de ideias devidas ao seu distúrbio (por exemplo, o desespero que acompanha uma depressão), que pode ser tratado eficazmente, ou responder a modificações positivas no seu meio”.

“Aquilo que hoje parece insuportável, um dia pode mudar se os amigos começarem a visitar o paciente; se regressar um noivo ou uma noiva; se o doente encontrar um trabalho. A resposta de muitas condições psiquiátricas às mudanças no seu meio torna muito problemática a aplicação do critério de ‘sofrimento insuportável’. Além disso, dado que não muitos pacientes experimentam todos os possíveis tratamentos, em bastantes casos não se esgota o potencial de alguns destes para mitigar a sua condição”.

“A possibilidade de erro [neste tipo de “candidatos à eutanásia]”, conclui o Dr. Appelbaum, “é muito mais elevada do que em casos de estado terminal como os de cancro”.

L. L.

## Um mundo sem rendição às drogas

Na [sessão especial sobre drogas](#) realizada em abril de 2016 na ONU, alguns esperavam uma mudança radical no plano de ação da organização. Existe uma sensação de cansaço perante uma guerra interminável, que consome recursos e nalguns países se vê rodeada de situações de violência.

Como costuma suceder nestes casos, há uma maior fixação nas vítimas da violência do tráfico de droga em países como o México, do que nos que evitaram cair na toxicodependência graças à proibição.

Tendo em conta a dificuldade desta política, alguns proclamam o fracasso da “guerra contra a droga”, e pedem pelo menos um armistício tolerante. “O lema ‘Um mundo sem drogas’ não é nem realista nem útil”, asseguram. É verdade que o documento final da conferência adota um objetivo mais modesto ao propugnar “uma sociedade isenta de todo o abuso de drogas”, mais do que “sem drogas”. Mas, diga-se como se disser, isto não convence os que esperavam uma mudança mais radical.

Todavia, se “um mundo sem drogas não é realista”, muito menos realista parecem outros objetivos da ONU. Será realista a definição de saúde da OMS entendida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de afeções ou doenças”? E, no entanto, não nos cansamos de lutar para erradicar as doenças. Os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) da ONU pretendem acabar em 2030 com a sida, a tuberculose, a malária e as doenças tropicais objeto de desleixo. Nada menos.

Se a persistência de um problema é sinal de que se torna pouco realista tentar lutar contra ele, o realismo obrigaria a abandonar muitas outras batalhas da ONU. Será realista um mundo sem prostituição? Ou um mundo sem tráfico de pessoas? Ou um mundo sem pobreza? Todas estas pragas e tantas outras acompanharam a humanidade desde a origem dos tempos. Por que será que pensamos ser capazes de as vencer agora?

Na luta contra as drogas diz-se que a abordagem repressiva não funciona, pelo que mais valeria legalizar o consumo. Alguns defendem-no só para o cannabis, mas se o critério é a impossibilidade de travar a propagação de uma droga, o mesmo poderia aplicar-se à cocaína ou ao ecstasy, cada vez mais utilizadas.

Em contrapartida, noutras batalhas, a via punitiva reforça-se. Assim, nalguns países – o último, a França – a luta contra a prostituição levou a [penalizar o cliente](#). Neste caso, parece que a ameaça de sanção vai ser uma ajuda para erradicar ou pelo menos limitar o fenómeno. Ainda é cedo para ver se esta política terá sucesso, mas o que é claro é que os países, como a Alemanha, que legalizaram o sexo pago, experimentaram um enorme aumento do negócio e do tráfico de pessoas para esse fim.

A luta contra as drogas é dispendiosa, certamente, e não é fácil unificar critérios entre países. Mas noutros aspetos, a ONU não teve dúvidas em pressionar para chegar a acordos. Quando, em 1997, foi assinado o Protocolo de Quioto para diminuir os gases com efeito de estufa, teria parecido impossível que duas décadas depois, em dezembro de 2015, fosse aprovado o Acordo de Paris, cujo objetivo é reduzir ainda mais as emissões para conter o aquecimento global abaixo de

dois graus centígrados em relação à época pré-industrial. Em 1997, parecia irreal pensar que países como a China e a Índia, que davam prioridade ao seu direito ao desenvolvimento industrial sobre a proteção do meio ambiente, viessem a juntar-se ao consenso. Todavia, o Acordo de Paris foi assinado por 175 países (embora ainda falte que o ratifiquem), um verdadeiro recorde histórico.

Levar à prática o acordo de Paris vai custar também algum dinheiro. Segundo “Bloomberg New Energy Finance”, o custo de combater as alterações climáticas será de 12,1 milhões de milhões de dólares nos próximos 25 anos. Tornar conscientes as pessoas sobre a necessidade de lutar contra o aquecimento global envolve um trabalho sustentado de sensibilização. Mas muito menos se renunciou neste campo à via sancionadora, pelo que os delitos ambientais são cada vez mais objeto de perseguição.

A crítica da “guerra contra as drogas” sublinha que tem também efeitos perversos, danos colaterais na forma de violência, corrupção e falta de tratamento dos toxicodependentes. Certamente, a luta contra a droga pode fazer-se de modo mais inteligente, combinando as medidas de saúde e as políticas sociais, a prevenção e a repressão, com sanções proporcionais, sem meter na prisão alguém por fumar um charro.

Mas muito menos outras políticas recomendadas pela ONU estão isentas de efeitos perversos. Sabe-se bem que a ajuda ao desenvolvimento beneficiou de modo especial os bolsos de muitos governantes corruptos do Terceiro Mundo, que foram incapazes de promover o desenvolvimento dos seus povos. Ao ponto de alguns economistas concluírem que seria mais eficaz cortá-la. Todavia, a ONU continua a recomendar que os países ricos destinem 0,7 % do seu PIB à ajuda ao desenvolvimento, procurando melhorar os mecanismos para que estes fundos sejam melhor utilizados.

Se manter as drogas na ilegalidade tem custos sociais, não menos os teria a legalização: extensão do consumo com preços mais baixos, mais dependência, aumento dos custos de saúde por tratamento de toxicodependentes, condutas antisociais sob efeitos das drogas, e nem por isso desapareceria o tráfico clandestino das drogas que continuassem fora da legalidade.

Em qualquer política, quer se trate da luta contra as drogas, contra a pobreza ou contra a mudança climática, já se sabe que não é possível “erradicar” o problema. Do que se trata é de enfrentar esse mal, de o ter debaixo de controlo, de avançar com os meios para ir ganhando terreno em vez de baixar os braços. Com a experiência, poder-se-á fazê-lo melhor, ver o que funciona e o que é contraproducente.

Alguns parecem acreditar que o importante para uma mudança de política é arrebatar o negócio aos traficantes de droga. Mas este objetivo não deve fazer esquecer o objetivo último da política anti-droga, que é evitar que as drogas proliferem numa sociedade. Se acreditarmos que isso é mau, de nada serve

arrebatar o negócio ao cartel de Sinaloa para o dar à Philip Morris, que sem dúvida veria aí uma oportunidade de negócio em caso de legalização.

Manter as drogas na ilegalidade envia também à sociedade a mensagem de que são prejudiciais. Em contrapartida, a legalização das drogas banalizaria o seu consumo, colocá-las-ia ao alcance de pessoas que se teriam mantido à margem de um setor ilegal. Se antes havia que ir procurar a droga, agora a droga poderia ir procurar o possível cliente, como acontece com qualquer outro produto legal. Foi o que ocorreu também com a legalização da prostituição, que transmitiu a mensagem de que o sexo pago é mais um serviço que se deve esperar das “trabalhadoras do sexo”.

Se nos assusta a linguagem belicista, não há motivo para um empenho na proclamação da “guerra contra as drogas”. Mas é sempre possível procurar um modo mais inteligente de evitar as consequências nefastas do abuso de drogas, sem disfarçar a rendição com a tolerância.

I. A.

## “La educación diferenciada en el siglo XXI”

Autora: Maria Calvo Charro  
Iustel. Madrid (2016).  
268 págs.

Maria Calvo é professora de Direito Administrativo na Universidad Carlos III de Madrid e presidente em Espanha da Associação Europeia de Centros de Educação Diferenciada (EASSE, nas suas siglas em inglês). O seu novo livro constitui um apelo favorável à educação diferenciada como o modelo pedagógico que melhor reconhece e valoriza a masculinidade e a feminidade.

Ao longo do texto, a autora responde às objeções que de vários setores são esgrimidas contra as escolas de um único sexo. O primeiro capítulo analisa a influência das teorias de género sobre a educação. Calvo efetua uma breve história desta corrente, passando em revista alguns dos seus marcos principais: feminismo radical, marxismo, revolução sexual. A seguir, analisa o seu principal postulado, o de que o género é uma mera construção cultural – ao contrário do sexo, que tem uma determinação biológica – e que, portanto, está sujeito a mudanças e à autodeterminação de cada indivíduo.

Estas teorias penetraram nas práticas pedagógicas. A principal consequência é que em muitas escolas mistas não se está a

atender às peculiaridades de cada sexo quanto à sua forma de aprender, ao seu carácter ou aos seus gostos. Os mais prejudicados estão a ser os rapazes, que partem em desvantagem na capacidade de concentração ou nas aptidões verbais. Mas também as raparigas sofrem os efeitos desta política de *tábua rasa*: um exemplo é a sua pouca representação em cursos científicos.

Calvo aprofunda estas diferenças à luz da investigação neurológica recente. Os detratores do ensino separado por sexos têm argumentado muitas vezes que a maleabilidade do cérebro torna pouco relevantes os traços neurológicos propriamente masculinos ou femininos. Todavia, argumenta a autora, esta capacidade para transcender os condicionamentos biológicos não deve levar a esquecê-los ou a negar a sua existência. Pelo contrário, só os levando em conta se pode conseguir o pleno desenvolvimento das capacidades de rapazes e raparigas.

Também rebate outra das grandes objeções feitas à educação diferenciada: que não socializa os seus alunos para uma sociedade mista. Calvo recorda que é a família e não a escola o primeiro âmbito de socialização para qualquer criança. Por outro lado, não está demonstrado que juntar rapazes e raparigas numa sala de aula provoque uma maior compreensão do outro sexo e, de facto, alguns estudos sugerem o contrário.

O último capítulo do livro inclui experiências de sucesso na educação de rapazes e raparigas em separado, com interessantes conselhos práticos para que os professores as possam implementar.

F. R.-B.

